PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2021- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1294/2021

CONTRATO Nº 671/2021.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS E ANÁLISES CLÍNICAS, BEM COMO SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE URUÇUÍ/PI E A EMPRESA MED CENTER URUÇUI EIRELLI-ME.

Por este instrumento de contrato, de um lado o Município de Uruçuí/PI, com sede administrativa situada à Praça Dep. Sebastião Leal, 02, Centro, Uruçuí/PI, inscrito no CNPJ/MF: 06.985.832/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FRANCISCO WAGNER PIRES COELHO, brasileiro, casado, médico, portador do CPF nº 050.071.433-91, de ora em diante designado simplesmente "CONTRATANTE" e, de outro lado a empresa **MED CENTER URUCUI EIRELLI-ME**, estabelecida à Rua Erotides Lima, N° 340, centro, na cidade de Uruçuí, Estado do Piauí, inscrita no CNPJ/MF sob nº 41.508.607/0001-64, doravante designada simplesmente **"CONTRATADA";** e, de conformidade com os elementos constantes no **Pregão Eletrônico nº 006/2021- SRP,** pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, **Lei n.º 10.520/2002,** do **Decreto n.º 10.024/2019**, **Decreto Municipal nº 93/2020 de 19/02/2020**, da **Lei Complementar 123/2006**, alterada pela **Lei Complementar 147/2014**, e demais normas complementares e disposições deste instrumento, têm, entre si, como certo e avençado o presente para **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais e análises clínicas, bem como serviços de diagnóstico por imagem para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Uruçuí/PI**, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Termo de Referência, que fica aqui materializado no presente instrumento, o qual reger-se-á segundo as cláusulas e condições que, mutuamente, aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais e análises clínicas, bem como serviços de diagnóstico por imagem para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Uruçuí/PI,** em conformidade com as quantidades especificações contidas na planilha abaixo:

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	V. UNIT.	V.TOTAL
	ITEM 1 DESTINADO A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EPP E ME				
1	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	UNID	150	69,00	10.350,00
	ITEM 2 DESTINADO A AMPLA PARTICPAÇÃO				-
2	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	UNID	240	59,00	14.160,00
	ITEM 3 - (COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 2 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014).				-
3	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	UND	60	59,00	3.540,00
	ITEM 4 DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO				-
4	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	UNID	340	74,00	25.160,00
	ITEM 5 - (COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 4 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014).				-
5	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	UND	60	94,00	5.640,00
	ITENS DESTINADOS A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP				-
6	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	UNID	150	59,00	8.850,00
7	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	UNID	150	79,00	11.850,00
8	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	UNID	150	104,00	15.600,00
	ITEM 10 - (COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 9 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014).				-
10	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	UND	60	79,00	4.740,00
	ITEM DESTINADO A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE				-

	EPP E ME				
11	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	UNID	200	81,00	16.200,00
	ITEM DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO				-
12	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	UNID	700	109,00	76.300,00
	ITEM 13 - (COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 12 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014).				-
13	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	UND	200	109,00	21.800,00
	ITEM DESTINADO A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EPP E ME				-
18	ULTRASONOGRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA (COM LAUDOS)	UNID	100	139,00	13.900,00
	ITEM DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO				-
19	RX PARTE OSSEA (COM LAUDO)	UNID	400	51,00	20.400,00
	ITEM 20 - (COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 19 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014).				-
20	RX PARTE OSSEA (COM LAUDO)	UND	100	51,00	5.100,00
	ITEM DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO				-
21	RX DO TORAX POR INCIDENCIA (COM LAUDO)	UNID	800	43,00	34.400,00
	ITEM 22 - (COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 21 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014).				-
22	RX DO TORAX POR INCIDENCIA(COM LAUDO)		300	43,00	12.900,00
	ITENS DESTINADOS A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP				-
24	ELETROENCEFALOGRAMA EEG (COM LAUDO)	UNID	40	89,00	3.560,00
	ITEM DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO				-
61	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (COM TESTE DE UREASE)	UNID	150	208,00	31.200,00

	ITEM 62 - (COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 60 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014).				-
62	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (COM TESTE DE UREASE)	UND	50	208,00	10.400,00
	ITEM DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO				-
63	VIDEOCOLPOSCOPIA	UNID	200	198,00	39.600,00
	ITEM 64 - (COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 63 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014).				-
64	VIDEOCOLPOSCOPIA	UND	50	198,00	9.900,00
	ITEM DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO				-
65	ELETROCARDIOGRAMA COMPARACER CARDIOLÓGICO PARA CIRURGIA	UNID	700	109,00	76.300,00
	ITEM 66 - (COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 65 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014).				-
66	ELETROCARDIOGRAMA COMPARACER CARDIOLÓGICO PARA CIRURGIA	UND	150	109,00	16.350,00
	VALOR TOTAL R$				**488.200,00**

1.2 Fica fazendo parte deste TERMO CONTRATO, independentemente de qualquer transcrição com perfeito conhecimento das partes contratantes, o citado edital do **Pregão Eletrônico nº 006/2021- SRP** e seus anexos e a proposta comercial apresentada.

1.3 As quantidades são apontadas por estimativa, podendo, no entanto, ser modificadas para mais ou para menos, a critério da administração Pública Municipal, respeitados os limites legais com repercussão na correspondente alteração do preço por lote, para mais ou para menos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. A Execução do presente contrato deverá obedecer às normas e leis vigentes, em especial o previsto na Lei Federal 8.666/93.

2.2. A prestação dar-se-á por meio de ordem de serviços emitida pelo gestor do contrato, devidamente designado para essa função (art. 67, Lei 8.666/93), bem como por meio de requisições devidamente preenchidas (com nome do paciente, sexo, idade, indicação clínica, carimbadas, assinadas e datadas com letra legível, com identificação do estabelecimento de saúde solicitante e autorizadas por um responsável do estabelecimento da rede própria do Município.

2.3 O recebimento do objeto será realizado pelo gestor, em caráter definitivo, aplicando-se previsão do artigo 73, da Lei 8.666/93. A prestação dos serviços deverá obedecer ao disposto no edital, termo de referência e proposta bem como ser acompanhado pelo gestor do contrato, telefone para contanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O serviço deverá ser realizado em estrita obediência às especificações técnicas pertinentes, em especial as normas emanadas do CRM obrigando-se a CONTRATADA a providenciar as suas expensas quaisquer alterações necessárias à prestação dos serviços, no todo ou em parte, quando notificado pelo Gestor do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Caberá a **CONTRATADA:**

I. A CONTRATADA deverá prestar assistência em Serviços de Diagnóstico por Laboratório Clínico e serviços de diagnóstico por imagem em até 05 (cinco) dias semanais (de 2ª feira a 6ª feira);

II. A Contratada deverá apresentar à Contratante, **até o 5º dia de cada mês**, os serviços efetivamente prestados, através de relatório dos serviços executados, acompanhadas das guias de atendimento devidamente assinadas pelos usuários, preenchidas e assinadas pelo profissional que fez o atendimento, acompanhada de listagem com o nome do paciente, exames realizados, data do atendimento e valor unitário e total dos exames, havendo inconsistências entre as informações o procedimento será glosado, de acordo com o cronograma estabelecido pela (Secretaria Municipal de Saúde);

III. Encaminhar juntamente com a fatura mensal o Relatório dos Serviços executados com a descrição completa dos procedimentos e quantitativos realizados no mês, enviando à Secretaria Municipal de Saúde, junto com cópias da requisição solicitada pelo profissional de saúde e comprovante diário de atendimento, devidamente assinado pelo paciente ou responsável, para fins de análise da prestação de contas;

IV. A CONTRATADA deverá manter arquivada a documentação de todos os atendimentos prestados para monitoramento e auditoria pela CONTRATANTE.

V. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

a. As supressões que excedam esse limite serão objeto de acordo celebrado entre as partes contratantes, na forma disposta no parágrafo 2º, inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações;

VI. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

VII. Arcar com os custos inerentes a execução dos serviços objeto do contrato;

VIII. Responsabilizar-se pela contratação e pagamento de todos os profissionais necessários à prestação dos serviços ora contratados, sendo certo que em nenhuma hipótese haverá qualquer vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA com o CONTRATANTE;

IX. Facultar à Administração, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados;

X. Notificar à Administração, através da Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;

XI. Não transferir a outrem o objeto do Contrato;

XII. Não subcontratar o objeto do Contrato;

XIII. Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato;

XIV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo **de 48 horas/ 2 (dois dias)**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Secretaria Municipal de Saúde;

XV. O transporte dos materiais biológicos deverá ocorrer de forma adequada e de acordo com as normas de biossegurança expedidas pela ANVISA ou de outro órgão fiscalizador;

XVI. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

XVII. Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;

XVIII. Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário;

XIX. Manter os seus empregados alocados nos estabelecimentos de saúde nos horários predeterminados pela Secretaria Municipal de Saúde;

XX. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Secretaria Municipal de Saúde ou a terceiros;

XXI. Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, ao controle, a fiscalização e auditoria da execução do objeto contratado, permitindo o livre acesso dos servidores do Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos relacionados direta e indiretamente ao contratado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle;

XXII. Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

XXIII. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, garantindo o mesmo padrão de acesso/recepção aos serviços disponibilizados, não discriminando a clientela do SUS em relação aos clientes particulares ou de planos de saúde;

XXIV. Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso, sem ônus para a contratante;

XXV. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Secretaria Municipal de Saúde;

XXVI. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da contratante;

XXVII. Relatar à Secretaria Municipal de Saúde toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

XXVIII. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, apresentando com a fatura mensal os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista, conforme disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93.

XXIX. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

XXX. A contratada não poderá alterar as instalações, bem como o endereço de atendimento sem consentimento prévio e por escrito da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Uruçuí/PI;

XXXI. É de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de recipiente para coleta de exames, recipiente com solução para acondicionamento do exame, conteúdo conservante, medicamentos e outros materiais inerentes à análise laboratorial, sem ônus para a contratante;

XXXII. É responsabilidade da contratada o transporte e descarte adequado do material coletado, seguindo as orientações da RDC 302/05 e 306/04– ANVISA, sendo considerada falta grave o extravio ou perda do mesmo;

XXXIII. Séguir os seguintes prazos para a entrega de resultados (laudos) de exames:

a. Exames eletivos de Patologia Clínica: No máximo em 4 (quatro) dias a partir da data do recolhimento do material a ser examinado;
b. Exames considerados urgentes: Unidades de Saúde da Família (USF), em 02 (duas) horas;
c. Exames que exigem maior complexidade para execução:08 (oito) dias;
d. Anatomia Patológica e Citopatologia: No máximo em 10 (dez) dias a partir da data do recolhimento do material a ser examinado.
e. Exames de imagem: Disponibilizar os laudos dos exames realizados, bem como toda a documentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis quando classificados como Eletivos. Para os exames realizados em caráter de Urgência e/ou por requisição dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, os laudos deverão estar disponíveis em até 24 (vinte quatro) horas, sendo que as imagens deverão ser disponibilizadas de imediato;

XXXIV. Em casos de dengue e outras doenças infecciosas, os exames considerados de alta relevância para diagnóstico e tratamento deverão ser considerados de urgência. Nesses casos os resultados deverão estar disponibilizados em até 2 horas após o recolhimento da amostra, sendo que nas requisições deverá estar sinalizado como URGENTE.

XXXV. A contratada não poderá optar pela realização de alguns serviços em detrimento de outros, devendo se comprometer a realizar todos os serviços previstos no contrato.

XXXVI. É responsabilidade da contratada a entrega dos resultados de exames nos estabelecimentos de saúde; e toda emissão de resultados será de total responsabilidade da contratada, incluindo papéis, envelopes, cartuchos e toners para impressoras, bem como a manutenção de todos os equipamentos de informática, sem ônus para a contratante;

XXXVII. Todas as segundas vias, emitidas, de resultados de exames será de total responsabilidade da contratada, sem ônus para a contratante;

XXXVIII. E de responsabilidade da contratada manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;

XXXIX. Manter arquivo do resultado dos exames por, no mínimo 05 (cinco) anos, sem prejuízo das regras gerais de controle e avaliação, referentes à comprovação de prestação dos serviços, ressalvados os prazos diferenciados previstos em Lei;

XL. Deve ser garantido ao paciente ou a seu representante legal a retirada de blocos e lâminas de seus exames quando assim o desejarem, cabendo à instituição responsável pela guarda elaborar documento dessa entrega, a ser assinado pelo requisitante, o qual deve ser arquivado junto ao respectivo laudo.

XLI. Ter disponível a comprovação de manutenção preventiva periódica e corretiva dos equipamentos;

XLII. Os laudos deverão ser emitidos conforme a RDC/ANVISA Nº. 302/2005, devendo a contratada proceder a recoleta e reprocessamento do material, quando requerida pelo profissional solicitante, sem ônus para a contratante;

XLIII. Não permitir a participação de funcionários não qualificados no exercício da profissão para executar os serviços contratados;

XLIV. Afastar imediatamente das dependências da Unidade, qualquer empregado, por mais qualificado seja, cuja presença venha a ser considerada inconveniente aos interesses da Unidade, promovendo sua imediata substituição.

XLV. Manter em perfeito estado de asseio e limpeza e conservação as áreas de trabalho, as instalações e os materiais utilizados na prestação do serviço, empregando-se preparações e produtos que atendam às normas técnicas de saúde vigentes;

XLVI. Ter um programa de controle médico de saúde ocupacional, com avaliação anual;

XLVII. Executar os serviços conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato respeitando suas Cláusulas;

XLVIII. Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados e resultados dos exames seja na esfera administrativa, civil ou penal;

XLIX. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados decorrentes do cumprimento deste Contrato;

L. Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde de Uruçuí/PI, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

LI. Manter sempre um profissional da área com autonomia para tomar deliberação e/ou atender solicitação da contratante, quanto a tudo que se relacione à boa execução dos serviços contratados;

LII. Fica a CONTRATADA responsável pela manutenção da estrutura operacional de sua responsabilidade dos locais de coleta nas Unidades de Saúde, durante a vigência do contrato;

LIII. Os médicos que executam os exames ou emitem os laudos deverão ter formação compatível com a modalidade de exame a ser realizada conforme Resolução CFM nº 2116/2015.

LIV. Fornecer todos os insumos médico hospitalares e administrativos necessários à realização dos exames e emissão de laudos:

a. Garantir a não paralisação do serviço por falta de insumos (médicos e administrativos).
b. Todo insumo necessário à prestação de serviço, disponibilizado pela CONTRATADA deverá atender a normatização da ANVISA e ABNT

LV. A contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Caberá à CONTRATANTE:

I. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

III. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, na forma prevista no artigo 67 da Lei 8666/93;

IV. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

V. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

VI. Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pela contratada;

VII. Solicitar a substituição imediata de qualquer material ou equipamento que não atenda as exigências do serviço;

VIII. Fiscalizar as instalações da contratada, verificando se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato;

IX. Solicitar à empresa nos prazos previstos, a documentação referente a seu pessoal, observado as especificações constantes neste instrumento, supervisionando rotineiramente a observância das normas de Segurança e Higiene do Trabalho;

X. Providenciar as inspeções da execução dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pela Contratada, fiscalização da qualidade dos serviços que estão sendo prestados;

XI. É direito reservado do CONTRATANTE a realização de auditoria permanente na documentação geradora da fatura, podendo solicitar revisão, verificação e ainda glosas parciais ou totais.

XII. A contratante não se responsabiliza por qualquer ato praticado pelo contratado em questões comercial, civil e trabalhista, sendo ele de total responsabilidade da contratada;

CLÁSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1 Fica desde logo facultado ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar a execução dos serviços ora contratados, quando este julgar conveniente, através de prepostos ou de terceiros especialmente destacados, assegurado a estes o livre acesso ao local da prestação dos serviços.

5.1.2 A Secretaria Municipal de Saúde terá um fiscal de contrato, indicado pelo ordenador de despesa do referido órgão, para gestão, acompanhamento e fiscalização quanto aos procedimentos necessários ao cumprimento das obrigações acordadas no contrato. O fiscal acompanhará as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando de imediato o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No caso de impossibilidade de regularização das ocorrências, o fiscal de contrato remeterá os registros ao gestor do contrato para as demais providências legais;

5.1.3 Ao Fiscal compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do Contrato e dos respectivos serviços e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

5.1.4 O Fiscal do presente contrato será o(a) Senhor(a) **IRISMAR FERREIRA LIMA, CPF N° 751.050.473-20.**

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O Município de Uruçuí/PI pagará os preços estabelecidos na nova proposta ajustada.

A contratada deverá apresentar, **até o dia 05 de cada mês**, as faturas/Notas Fiscais dos serviços realizados ao setor responsável pela fiscalização do contrato. O pagamento será efetuado **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação das notas fiscais de todos os serviços/exames prestados, devidamente assinados e atestados pelos responsáveis técnicos da CONTRATANTE e pela CONTRATADA, com a comprovação da produção de procedimentos processados e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas a empresa contratada para retificação e reapresentação.

6.3 O pagamento será por meio de transferência eletrônica, e/ou através de ordem bancária, diretamente na conta da contratada.

6.4 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II **do caput do Art. 65** da Lei nº 8.666/93.

6.5. Atribui-se ao presente contrato o valor global de **R$ 488.200,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil e duzentos reais)**, considerando os preços dos itens nº **1/2/3/4/5/6/7/8/10/11/12/13/18/19/20/21/22/24/61/62/63/64/65 e 66** e as quantidades totais dos serviços.

6.6. As despesas decorrentes para a obtenção do objeto deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Programa Atividade: 10.301.0012.2197.0000;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte de Recurso: 1.001.00.300.000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

6.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.7.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

7.1 O prazo de vigência do presente Contrato será de: **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração, mediante Termo Aditivo ser prorrogado de acordo com o disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

7.2. À Administração reserva-se o direito unilateral de, a qualquer momento, rescindir o Contrato, nos casos e formas previstas nos Art. 78 a 80 da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

7.3 O presente Contrato também poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante prévia notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7.4 Havendo pendências e/ou trabalhos em execução, as partes definirão, através de um Termo de Encerramento de Contrato, as responsabilidades relativas à conclusão das pendências.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANSÕES - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou Ata de Registro de

Preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e das demais cominações legais.

8.1 O Contratado sujeitar-se-á, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, de acordo com os Artigos 86 a 88, da Lei 8.666/93 e do Artigo 7º, da Lei 10.520/02, após o prévio processo administrativo e garantida a ampla defesa e o contraditório constitucionais, às seguintes sanções, graduadas, conforme a gravidade da infração:

8.1.1 Advertência – a ser aplicada pela contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização do Município;

8.1.2 Multas – na seguinte forma:

a) de 0,5% (meio por cento de ponto percentual) do valor do equipamento não entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;

b) de 10% (dez de ponto percentual) do valor total da Nota de Empenho, no caso da recusa injustificada em assinar o contrato e / ou recebimento do empenho no prazo previsto;

c) de 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão do Empenho;

d) de 0,5% (meio por cento de ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;

e) de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.

8.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo período de até 02 (dois) anos, caso o licitante incorra em qualquer das hipóteses estabelecidas no Artigo 7º, da Lei 10.520/02 enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição e caso ocorra duas advertências prevista no item 8.1.1.

8.1.4 Declaração da inidoneidade para licitar ou contratar com o Município a ser aplicada se o contratado incorrer nos casos previstos no Artigo 88, da Lei 8.666/93:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com administração em virtude dos atos ilícitos praticados.

8.1.5 Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pela contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério desta ser isentas total ou parcialmente da multa.

8.1.6. As sanções previstas nos itens 8.1.1 e no item 8.1.2, poderão também ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para o item 8.1.1 contados a partir da data em que tomar ciência e de 10 (dez) dias no caso de sanção do item 8.1.2.

8.1.7. As penalidades serão registradas no Cadastro de Fornecedores do Município e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, o contratado será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital, contrato e demais cominações legais.

8.1.8. As penalidades que gerarem aplicação de multas quando inferior ou igual ao valor de R$ 10,00 (dez) reais serão abonadas, conforme decisão da autoridade superior do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS INCLUSÕES E EXCLUSÕES

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições previstas neste Contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no seu objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do contratado, de acordo com o previsto no art. 65, da Lei nº 8.666 de 1993.

9.1.1. As supressões que excedam esse limite serão objeto de acordo celebrado entre as partes contratantes, na forma disposta no parágrafo 2º, inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A CONTRATADA deverá manter-se, durante a vigência do Registro de Preços, em compatibilidade com as condições de habilitação assumidas na licitação, renovando as respectivas certidões e encaminhando-as a Prefeitura Municipal de Uruçuí-PI, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação das mesmas.

10.2 A recusa para assinatura do Contrato deverá ser expressa e justificada pela CONTRATADA, para fins de análise pela CONTRATANTE. Caso as

justificativas sejam insubsistentes ou não sejam aceitas pela CONTRATANTE, considerar-se-á o mesmo prazo da aceitação tácita, para todos os fins, inclusive aplicação das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO. As partes elegem do Foro da Comarca de Uruçuí, Estado do Piauí, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Uruçuí-Piauí, 16 de junho de 2021

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE URUÇUÍ-PI
FRANCISCO WAGNER PIRES COELHO
CPF nº 050.071.433-91
PREFEITO MUNICIPAL

MED CENTER URUCUI EIRELLI-ME
CNPJ Nº: 41.508.607/0001-64
RITA DE CASSIA COUTINHO MELO E SILVA
Sócia Administradora
RG Nº 205.519 SJSP-PI / CPF Nº 131.445.453-68

TESTEMUNHAS:

Nome 322782928-40
CPF.

Nome 209.439.703-34
CPF